

A EMERGÊNCIA DA INSURGÊNCIA: A NOVA ORDEM NA POLÍTICA EM BUSCA DO DIREITO À PARTICIPAÇÃO, À VIDA COLETIVA E À CIDADE

Angela Lúcia Ferreira

Professora dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Estudos Urbanos e Regionais da UFRN, Brasil
angela.ferreira@pq.cnpq.br

Gilnadsom Bertuleza

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da UFRN, Brasil
gilnadsom.bertuleza@gmail.com

Giovana Paiva de Oliveira

Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente da UFRN, Brasil
giovanaufrn@gmail.com

Atualmente, o sistema político-partidário vigente no Brasil apresenta características que poderão exigir mudanças profundas na sociedade, dada a falta de representatividade dos grupos e elites políticas. Em consequência disso, observa-se que a conjuntura aponta para a desconsideração da política tradicional como meio de transformar os espaços das cidades. Política esta que, segundo Jessé Souza¹, conformou o Estado brasileiro desde a sua criação e cuja compreensão vem sendo questionada, particularmente por introduzir a ideia de patrimonialismo para defini-la nacionalmente e revelar um Estado que legitima interesses econômicos de uma elite, os quais dominam o mercado e a estrutura fundiária e são a real fonte de corrupção e poder.

Este fato foi agravado nas últimas eleições de 2014, quando se desvelou com clareza a relação de compromisso entre os candidatos e os interesses empresariais e privados, resultando na exacerbação e aumento significativo da quantidade de representantes das elites mais conservadoras da sociedade brasileira² no legislativo. Isso demonstrou o surgimento de uma classe política que assume, sem qualquer constrangimento, ser indiferente ao que acontece e almeja a população. Comportamento que pode ser caracterizado como o típico sentimento das

¹ Souza, 2017.

² Segundo Rodrigo Martins (2015), as eleições de 2014 elegeram uma bancada conservadora que representa quase 40% do Congresso Nacional Brasileiro. Nomeada de forma pejorativa como “BBB”, utilizado para se referir conjuntamente à bancada armamentista (“da bala”), bancada ruralista (“do boi”) e à bancada evangélica (“da bíblia”). São deputados e senadores alinhados à direita política brasileira e ao conservadorismo social. O termo “BBB” foi usado pela primeira vez pela deputada federal Erika Kokay em uma reunião da bancada do Partido dos Trabalhadores.

elites escravocratas, patrimonialistas, econômicas e religiosas, as quais são pouco identificadas e/ou comprometidas com as questões cotidianas e da vivência urbana que afetam o cidadão³.

Nesse contexto, enquanto isso se desenrola na política formal, observa-se, principalmente nas periferias ou em bairros populares das cidades, o (re)surgimento e a emergência de organizações coletivas (comunitárias, associativistas e/ou colaborativas), que se firmam como um espaço de discussão e cooperação, de resgate da cidadania e, principalmente, de resistência cultural. Tratam sobre questões do dia-a-dia e não coadunam com as prioridades dos políticos hegemônicos, mas com a sobrevivência de uma política que pode estar sendo (re)inventada e ao mesmo tempo praticada.

Estes novos cenários nos levam a inferir que a saída para a crise de legitimidade da política brasileira deverá passar pelo exercício da política, a partir da compreensão da luta de classes. A inexistência de conflitos antagônicos explícitos, não deixa de considerar que existe, de um lado, os interesses do Estado patrimonialista e do mercado e, do outro, da classe trabalhadora excluída. Sobre este aspecto, podemos recorrer à construção teórica de Rubens Casara, na qual afirma que é preciso entender a constituição do Estado Pós-Democrático e da ideologia que o sustentará. Para o autor, “a ideologia por um lado condiciona a percepção dos fenômenos e por outro produz uma espécie de ‘cegueira branca’, similar àquela descrita pelo escritor português José Saramago em sua obra *Ensaio sobre a cegueira*”⁴.

Diante dessa atualidade indefinida, a reflexão aqui empreendida pretende contribuir para o debate acerca da participação dos atuais movimentos sociais urbanos na construção de outra política no Brasil, assim como da relação estabelecida entre a crise da política instituída e a sociedade. Tenciona, também, apontar elementos que possam instigar a discussão e a consciência a respeito da inserção de atores e agentes modeladores na afirmação de uma nova cultura política e de uso do espaço do cotidiano em Natal.

Para elencar os subsídios fomentadores dessa discussão, podemos identificar inúmeros movimentos sociais existentes na cidade de Natal e Região Metropolitana, alguns assessorados por Projetos de Extensão da UFRN e outros espontâneos, que estão discutindo, por exemplo, as transformações, a apropriação e as configurações dos espaços coletivos e públicos. Fundamentalmente, na forma como se explicitam, uma parte significativa pode ser considerada como “novos” e se dedicam a reivindicar por melhor qualidade de vida, em seu sentido amplo, na cidade. São mobilizados em torno de temas como trabalho, moradia, assistência social e demandas por políticas públicas, como de transporte, meio ambiente, arte e cultura.

O Projeto de Extensão Cidade e Cidadania – registrado por professores do Departamento de Arquitetura e do Departamento de Comunicação Social – identificou, em um levantamento realizado em 2016, 151 organizações de caráter público e privado, entidades, associações e coletivos diversos, com atuação nas áreas de Arte, Cultura e Cidadania. Estas foram catalogadas a partir da semelhança de seus objetivos, que era o de encaminhar ações de enfrentamento com o Estado ou simplesmente congregaram pessoas por meio de atividades de arte, cultura e cidadania⁵. Vale destacar que a escolha dos critérios para essa seleção se deram pela influência dos resultados do Seminário Desenvolvimento Urbano e Direito à Cidade, que será detalhado

³ Souza, 2017.

⁴ Casara, 2017, p.116.

⁵ Embora, não atualizado para 2018, estes dados fornecem a dimensão do fenômeno e uma tendência que permite visualizar e estabelecer tipologias de organização, cartografar os espaços de participação e relacionar com dados socioeconômicos.

no corpo deste artigo, o qual reuniu 27 entidades comunitárias e mais de 150 participantes de quase todos os bairros da cidade, tidos como de periferia, no ano de 2015.

Assim sendo, será dado destaque para o presente estudo os movimentos sociais que se relacionam diretamente à luta pelo direito à cidade nas suas múltiplas facetas. Para o que aqui se propõe, foram selecionados três movimentos atuantes em zonas distintas da cidade de Natal – no bairro de Mãe Luiza, a Autogestão do Arena do Morro e A Carta de Natal, onde foi realizado o citado Seminário e a reflexão que ele promoveu; o Movimento Cultural Nossos Valores, na Comunidade da África/bairro da Redinha; e o Movimento Síntese Urbana, no bairro da Cidade da Esperança –, os quais serão adequados aos percursos metodológicos adotados como a observação participante, as entrevistas, os questionários, levantamento de dados e análise dos espaços transformados ou em transformação. Os estudos preliminares, a participação e a vivência dos autores acerca da emergência de movimentos sociais urbanos, já apontam para algumas características que os diferenciam de movimentos das décadas de 1980 e 90.

A base teórica para a discussão colocada, portanto, dar-se-á em torno da questão dos considerados atualmente novos movimentos sociais e estratégias de luta urbana, com base em aportes de diversos autores, ressaltando discussões de Maria da Glória Gohn, Ermínia Maricato *et al.*, David Harvey, e Michael Hardt e Antonio Negri⁶. Nestas obras os autores procuram compreender as contradições do mundo contemporâneo num contexto de insurreição de movimentos contestatórios urbanos no Brasil e no mundo.

O trabalho está estruturado em dois tópicos. No primeiro tópico, faremos uma abordagem a respeito dos novos movimentos e estratégias de luta urbana e regional, dando um enfoque na forma com que esses grupos se apropriam das áreas públicas. O segundo tópico possui três subtópicos, onde traremos uma discussão em torno da emergência de novos movimentos sociais urbanos nas periferias da cidade de Natal/RN a partir das três experiências (já citadas anteriormente) que vêm se apresentando com maior evidência. E, por fim, a guisa de conclusão, serão realizadas reflexões acerca do que foi trabalhado e dos desdobramentos encontrados com a realização do estudo.

Os novos movimentos e estratégias de luta urbana: apropriando-se da cidade na busca pela cidadania

Inicialmente, é fato que as referências devem levar em consideração “o comum”, o que é produzido politicamente por uma coletividade e que não é de maneira alguma algo espontâneo. Para Pierre Dardot e Christian Laval⁷, ao contrário, o comum é a sobrevivência, a luta permanente que, mesmo inconscientemente, buscam por instaurar novos modos de relações sociais que desafiem a apropriação do seu entorno. O momento atual do capitalismo é analisado, pelos autores, como aquele da apropriação dos espaços comuns de vida, invocado David Harvey⁸.

⁶ Gohn, 2011; Maricato *et al.*, 2013; Harvey, 2014; e Hardt e Negri, 2014.

⁷ Dardot e Laval, 2017.

⁸ Harvey, 2014, p.143.

Para Harvey⁹, as qualidades humanas da cidade emergem a partir das práticas sociais em seus diversos espaços e existe uma clara distinção “entre espaços públicos e bens públicos por um lado e, por outro, os comuns”. No entanto, o autor ressalta que:

A luta para apropriar os espaços e bens públicos urbanos tendo em vista um objetivo comum está em curso. Todavia, para proteger o comum, quase sempre é crucial proteger o fluxo de bens públicos que corroboram as qualidades do comum. À medida que a política neoliberal reduz o financiamento de bens públicos, também provoca a redução do comum disponível, obrigando grupos sociais a buscar outros caminhos para manter o comum (a educação, por exemplo). [...] Portanto, o comum não deve ser entendido como um tipo específico de coisa, de ativo ou mesmo de processo social, mas como uma relação social instável e maleável entre determinado grupo social autodefinido e os aspectos já existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico, considerada crucial para sua vida e subsistência¹⁰.

É por meio de sua cotidianidade que os indivíduos e os diversos grupos sociais existentes criam o mundo social e algo comum que sirva de apoio para todos. Embora esse comum, culturalmente construído, não possa ser destruído pelo uso, ele pode e vem sendo degradado e banalizado pela utilização abusiva dos seus recursos¹¹. Esta é uma das maneiras pela qual Harvey¹² procura elucidar a tragédia dos comuns urbanos nos dias atuais: “os que criam um cotidiano comunitário interessante e estimulante acabam por perdê-lo para as práticas predatórias dos agentes imobiliários, dos financistas e consumidores de classe alta, que carecem totalmente de qualquer imaginação social urbana”. Quanto melhores e mais criativas forem as especificidades relativas ao comum que o grupo venha a criar, maior é a possibilidade de elas serem “tomadas de assalto” e apropriadas pelo interesse de maximização dos lucros. Assim sendo, este autor conclui que “a luta pelo direito à cidade é contra os poderes do capital que se alimentam impiedosamente e extraem renda da vida comunal que outros produziram”¹³.

Nessa linha de raciocínio, “a urbanização capitalista tende perpetuamente a destruir a cidade como um comum social, político e habitável”¹⁴. É impulsionado por essa questão e como forma de revertê-la que surgem os novos movimentos sociais urbanos. Movimentos que, Michel Hardt e Antonio Negri, acrescenta:

Os princípios que promovem, incluindo igualdade, liberdade, sustentabilidade e acesso livre ao comum, podem criar o andaime sobre o qual, no caso de uma ruptura social radical, uma nova sociedade possa ser construída. Além disso, as práticas políticas que os movimentos experimentam – assembleias, métodos de tomada de decisão coletiva, mecanismos não só de proteção das minorias, mas também de expressão e participação delas, entre outras – servem como guia de ação política futura. [...] Os movimentos estão redigindo um manual de como criar e viver numa nova sociedade¹⁵.

Estes movimentos representam, em diferentes momentos históricos, a reivindicação por direitos humanos como uma necessidade coletiva e surgem para legitimar aspectos necessários para uma vida pautada na diversidade social de classe, de gênero e de uma ambiência urbana aprazível a todos¹⁶. Partem da insatisfação, inscrevendo-se na problemática relacional, de

⁹ Harvey, 2014.

¹⁰ Harvey, 2014, p.144-145.

¹¹ Harvey, 2014.

¹² Harvey, 2014.

¹³ Harvey, 2014, p.153.

¹⁴ Harvey, 2014, p.156.

¹⁵ Hardt e Negri, 2014, p.138.

¹⁶ Ammann, 1991; Mutzenberg, 1999; Gohn, 2011; Hardt e Negri, 2014.

conflito que se conformam e se explicitam na contemporaneidade em toda sua complexidade. Estas emergências vêm imbuídas de questões teóricas entrelaçadas; utilizam-se de novas práticas de organização e mobilização, de descentralização das tomadas de decisão (modelos mais horizontais de participação), além de uma forma distinta de lidar com a cidade e seus espaços¹⁷. Manuel Castells no faz recordar que,

Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores, criando novas normas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional¹⁸.

Neste sentido, para acrescentar elementos ao debate, podemos remeter a Safira Ammann, que já em 1991 se baseava em quatro pontos principais para definir aquilo que define como Movimento Social: (1) “são movimentos contestatórios de determinadas relações sociais, no contexto das relações de produção”; (2) “seus protagonistas podem ser classes sociais, etnias, partidos políticos, regiões etc.”; (3) “nem todo Movimento Social tem caráter de classe, e nem todo movimento Social luta pelo poder”; e, por fim, (4) “o objetivo dos Movimentos Sociais pode ser a transformação ou, contrariamente, a preservação de relações sociais já constituídas, quando as mesmas se encontram ameaçadas”¹⁹.

Desta feita, pode-se dizer que os Movimentos Sociais partem da insatisfação, pois “não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social”, ou seja, “são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes”. Para que seja viável a análise desses saberes, Maria da Glória Gohn enfatiza que “deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem”, uma vez que “essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo”²⁰.

Em geral, os movimentos realizam diagnósticos da realidade social de um local/povo e constroem propostas. Quando atuam em redes bem estruturadas, acrescenta Gohn, podem construir ações coletivas como forma de resistência à exclusão social e política. Estimulam e promovem o empoderamento de atores da sociedade civil organizada, ao mesmo tempo em que criam sujeitos capazes e aptos a atuarem em rede²¹. Os grupos de ativistas, são para Michael Hardt e Antônio Negri²², “os agentes da mudança” que emergem a partir das lutas pelos espaços de uso público parecem reivindicar a cidade como bem comum do povo. Por isso, completa Natasha Rena e Pedro Arantes²³, negam-se a aceitar o público como bem do Estado, trazendo à tona a ideia dos “comuns” como questão política. Dentre as características que esses movimentos exibem, para esses autores, inclui-se a luta pelo comum, tendo em vista que contestam as ideias do neoliberalismo e, em última instância, a regra da propriedade privada. Igualmente, esse ciclo de lutas se opõe à regra da propriedade pública e ao controle do Estado.

¹⁷ Hardt e Negri, 2014; Rena e Arantes, 2017.

¹⁸ Castells, 2013, p.18.

¹⁹ Ammann, 1991, p.22.

²⁰ Gohn, 2011, p.333-334.

²¹ Gohn, 2011.

²² Hardt e Negri, 2014.

²³ Rena e Arantes, 2017.

Para Hardt e Negri, pouco se vê dos tradicionais movimentos socialistas nas ideias defendidas e propagadas pelos novos grupos.

Segundo Manuel Castells²⁴, o diferencial desses movimentos é a ausência da figura do líder, ou seja, a descentralização nas decisões. Eles são organizados horizontalmente e expressam o desejo de uma nova cultura política. O fato de insistirem na democracia em todos os níveis, por meio das redes de solidariedade e reuniões, eleva a força desses grupos. Além disso, não existem partidos atuando e dizendo como as pessoas devem pensar e agir. Pelo contrário, as discussões são abertas e com um vasto leque de pontos de vista, que em alguns momentos podem até divergir, mas que com o passar do tempo, tendem a uma perspectiva coerente e que atenda as necessidades da maioria²⁵.

Essas reflexões remetem aos movimentos nos últimos dez anos no mundo e, em especial, para aqueles que o interesse aqui se volta, no Brasil. O episódio mais emblemático, e que de certa forma impulsionou os estudos sobre essa temática no meio acadêmico brasileiro, foram os protestos ocorridos no país em 2013, as “Jornadas de Junho”. Tais manifestações marcaram a história dos movimentos contestatórios através da implantação de um cenário de mobilizações, geridas em sua grande maioria pelos jovens. Inicialmente, os protestos foram motivados pelos aumentos sucessivos e abusivos nos preços das passagens dos ônibus, tendo como lema “não é por R\$ 0,20” (expressão que surgiu após o aumento de R\$ 0,20 no valor das passagens de ônibus em diversas aglomerações urbanas)²⁶. Com isso, eles pretendiam deixar claro que não estava em pauta apenas a questão do transporte público, e sim os mais variados temas relacionados à “crise urbana”, que se instauravam nas cidades brasileiras²⁷.

Sob o ponto de vista de Ermínia Maricato²⁸, a luta pela Reforma Urbana no Brasil tem em seu cerne a questão da segregação e da negação do direito à cidade. Na conjuntura atual, vem associada a uma nova geração de jovens, mais original, viva e suscetível às mudanças (diferentemente das manifestações organizadas pelas centrais sindicais, por exemplo). A autora adverte que isso era visível antes mesmo de 2013, por meio dos grupos de jovens que estavam ou não dentro dos partidos políticos, mas igualmente que se mobilizavam em prol de um transporte público de qualidade, por moradia, por vagas dentro das universidades, entre outros.

²⁴ Castells, 2013.

²⁵ Castells, 2013; Gohn, 2011.

²⁶ O movimento #RevoltadoBusão teve sua origem na cidade de Natal, em agosto de 2012, na gestão da então prefeita Micarla de Sousa, quando foi decretado o reajuste na tarifa de ônibus de R\$ 2,20 para R\$ 2,40. As reivindicações se iniciaram nas redes sociais e depois tomaram as ruas da cidade com uma série de protestos, o que culminou na revogação do reajuste pela Câmara Municipal de Natal. Atrelado a isto, ganharam fôlego os protestos a favor do *impeachment* da referida administradora encabeçado pelo movimento “Fora Micarla” (criado em 2011), o que de certa forma, contribuiu com o seu afastamento da prefeitura por ordem da justiça, devido à sua participação em esquema de corrupção na saúde. Passados alguns meses, eclode novamente o movimento #RevoltadoBusão, desta vez no mandato do Prefeito Carlos Eduardo Alves, quando houve o reajuste da tarifa dos ônibus mais uma vez para R\$ 2,40. De acordo com Gibson Felipe (2013), “a primeira manifestação organizada pelo movimento aconteceu no dia 15 de maio. Depois disso, a Prefeitura anunciou a redução da tarifa para R\$ 2,30, que passou a vigorar em 04 de junho. No entanto, as manifestações por melhorias no transporte público continuaram na capital potiguar”.

²⁷ Maricato *et al.*, 2013; Harvey, 2014; Maricato, 2015.

²⁸ Maricato, 2015.

Insurgências urbanas: a emergência de novos movimentos sociais na cidade de Natal/RN

Assim como no mundo e no Brasil, em Natal tem-se observado a emergência de organizações coletivas encabeçadas pela sociedade civil. Isso demonstra que a população não se encontra inerte frente aos problemas presenciados de uma forma geral, que vão, dentre outros motivos, da ineficiência por parte do Estado na prestação de serviços básicos (como mobilidade urbana e opções de lazer) passando pela necessidade de expressão cultural dos jovens nos bairros mais populares até uma crise de legitimidade do atual sistema político-partidário. Semelhante ao que afirmou Castells, isso significaria “uma rejeição aos partidos e o clamor por transparência e participação”²⁹. Embora essas novas manifestações reivindicatórias possuam similaridades e um fio-condutor quanto a sua caracterização e motivações, especialmente no que tange a luta pelo “comum”, elas nuançam, ainda que de modo disperso, particularidades que precisam e merecem ser aprimoradas, notadamente no que diz respeito ao seu modo de (re)apropriação e (re)ocupação dos espaços da cidade.

Figura 1. Localização dos bairros de Natal/RN e de suas Regiões Administrativas – destaque em vermelho para as áreas estudadas neste artigo.



Fonte: www.sedis.ufrn.br. Nota: Reelaborado pelos autores.

Seguindo neste viés, no caso específico do estudo, escolhemos focar em três movimentos, cada um deles situado em uma zona da cidade (figura 1), com o intuito de fazer uma análise mais aproximada dos casos observados. Na Zona Leste, elegemos a “Autogestão do Arena do Morro” no bairro de Mãe Luiza; já na Zona Norte, selecionamos “O Movimento Cultural Nossos

²⁹ Manuel Castells em entrevista concedida ao jornal “Estadão” no dia 09 de julho de 2013.

Valores”, que tem como sede o Conselho Comunitário do bairro da Redinha; e, por fim, na Zona Oeste optamos por trabalhar com o “Movimento Síntese Urbana”, que tem como foco das suas atividades o bairro da Cidade da Esperança. Nas linhas subsequentes, examinaremos as experiências referente aos exemplos estudados.

Autogestão da Arena do Morro e A Carta de Natal: ginásio cultural e poliesportivo gerido pela comunidade de Mãe Luíza, Natal/RN, Brasil

Um dos casos mais antigos da cidade faz parte de um processo que se iniciou na década de 1940. Diferencia-se dos demais movimentos pela persistência e constância de sua causa e pela relação que teve com uma Igreja Católica progressista, ligada aos movimentos políticos de esquerda e suas articulações com ONGs internacionais. Associados aos Programas Sociais dos Governos Petistas³⁰, que permaneceram no poder entre 2003 e 2016, o bairro de Mãe Luíza produziu uma conjuntura que elevou o padrão de vida da população e foi capaz de resolver problemas, qualificando uma parte dos moradores, tanto na educação formal como para enfrentamento dos conflitos urbanísticos.

As especificidades dos movimentos e enfrentamentos vividos pela população do bairro apresentam elementos que justificam a percepção de que, junto com a Igreja, desencadeou um modelo de desenvolvimento que resulta em conquistas sociais, distribuição equânime da qualidade de vida e cidadã, elevação dos índices que contribuem para uma melhor habitabilidade, e, além disso, a consolidação de um discurso muito associado ao objeto da arquitetura, do urbanismo – os edifícios de uso coletivo e os projetos de qualificação e melhoria urbana – e da organização comunitária, tratados, neste caso, como elementos transformadores de realidades.

O bairro de Mãe Luíza encontra-se na Região Administrativa Leste de Natal, área central na qual se localiza o solo mais caro da cidade. Assim, são seus vizinhos os bairros de maior poder aquisitivo da cidade: Tirol, Petrópolis e Areia Preta. Situada sobre duna e incrustada no meio de uma área de preservação ambiental, foi alijada de vários benefícios, mantendo-se segregada ao longo dos anos, e apresentando diversos problemas urbanos inerentes às áreas periféricas de qualquer cidade. Ou seja, um bairro com características de assentamento popular que se consolidou informalmente e que é considerado como uma Área Especial de Interesse Social (AEIS), pelo atual Plano Diretor de Natal. Hoje com uma área territorial de 95,69 hectares, teve suas primeiras ocupações no início dos anos 1930, tendo recebido nas décadas seguintes um grande contingente de migrantes vindos do interior do Estado do Rio Grande do Norte, que fugiam das secas e/ou que vieram em busca de empregos.

O bairro viveu as primeiras intervenções do poder público em 1977, após a criação da primeira Unidade de Conservação do Rio Grande do Norte, o Parque Estadual Dunas do Natal³¹ e, posteriormente em 1985, quando da construção da Via Costeira, ambos propostos como projetos do Governo do Estado³². Associados aos interesses do turismo e do setor hoteleiro, o discurso legitimador contido na intervenção do Governo era que pretendia conter novas

³⁰ Particularmente o Programa Bolsa Família que é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo a enfrentar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Nesse período, o programa atendeu mais de 13,9 milhões de famílias e busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde.

³¹ O Parque das Dunas é uma área do Cordão Dunar que margeia as praias em direção ao sul da cidade, que foi preservada com aproximadamente 8,5 quilômetros.

³² Fernandes, 2000, p.43.

ocupações e garantir o direito de permanência dos moradores, o que veio a se mostrar, posteriormente como ameaça ao direito de propriedade que ainda não estava garantido. Nesse ínterim, em dezembro de 1983, foi fundado o Centro Sócio-Pastoral Nossa Senhora da Conceição, ligado à Igreja Católica, e, na pessoa do Padre Sabino Gentile, adepto da Teologia da Libertação, da Pastoral Operária e da Juventude Católicas, passou a influir na história de organização comunitária e a fortalecer a cidadania local com atividades diversas, que resultou na formação de muitas lideranças comunitárias e na construção de vários equipamentos comunitários, os quais se desdobraram na organização de lutas pela regularização fundiária e pelo direito dos moradores de se fixarem no bairro, confrontando-se com o poder público e resistindo aos especuladores imobiliários.

Os moradores do bairro foram organizados em torno de entidades e em diversas frentes comunitárias, inclusive na elaboração do Projeto de Lei No. 4.663 em 31 de julho de 1995, que regulamentou o bairro como AEIS³³. Com a lei, Mãe Luíza passou a dispor “sobre o uso e ocupação do solo, limites e prescrições urbanísticas, limitando o tamanho dos lotes em até 200m² e o gabarito máximo de 7,50m, em qualquer cota original do terreno³⁴. A estratégia das lideranças foi sempre a de priorizar a organização da população, tornando-a referência local pelos ganhos e pela politização de suas lutas que lhes permitiu enfrentar o mercado imobiliário formal. Apesar dos conflitos, a comunidade manteve uma dinâmica imobiliária própria, respeitando a fragilidade natural do seu terreno, as relações sociais, culturais e comunitárias, consolidando um ordenamento urbano a partir da lógica informal de ocupação.

A organização do bairro e a elaboração de projetos para captação de recursos junto a organismos internacionais foram conduzidas pelo Padre Sabino. Ao longo de anos, seu projeto social foi apoiado financeiramente pela Fundação Ameropa³⁵, que, com o seu falecimento em 2006, decidiu marcar a trajetória do trabalho desenvolvido no bairro, como forma de homenagear o Padre, com a doação de um equipamento comunitário e um plano urbanístico para a comunidade, ambos projetados pelos arquitetos Herzog & de Meuron. Este equipamento foi nomeado como Arena do Morro (figura 2) e inaugurado em abril de 2014³⁶.

³³ Concorre para essa qualificação, a presença de técnicos e urbanistas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e seus projetos de extensão universitária,

³⁴ Lima e Bentes, 2013, p.52.

³⁵ Ameropa Foundation, Binningen, Suíça.

³⁶ BARATTO, 2014. O Arena do Morro foi colocada no ranking das cinco melhores edificações esportivas do mundo e agora concorreu à premiação do 1º lugar em 2015, em uma votação realizada pelo portal americano Arch Daily do prêmio “Building of the year”, na categoria arquitetura. Ao final, ganhou destaque internacional e, em nível local, adquiriu importância por ser capaz de transformar positivamente a realidade do bairro de Mãe Luíza.

Figura 2. Vista panorâmica do Ginásio Arena do Morro, bairro de Mãe Luiza, Natal/RN, Brasil



Fonte: arcoweb.com.br

Após um ano de uso, seus efeitos começaram a se refletir nos dados da publicação *Rastros de Pólvora: metadados 2015*³⁷, de responsabilidade da Ordem dos Advogados do Brasil e Centro de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte, entre outros, que mostrou o bairro de Mãe Luíza como destaque. Com a escalada da violência urbana, observadas nos primeiros anos do século XXI, o bairro passou a ser considerado como uma das áreas mais violentas da Região Metropolitana de Natal, apresentando os maiores índices de homicídios e espaços de comercialização de drogas. Segundo Ivenio Hermes *et al.*³⁸, após a inauguração do equipamento, os índices de homicídios do bairro começaram a inverter e coincide com o início das inúmeras atividades de convívio, culturais e desportivas promovidas no Arena do Morro. De “responsável por 38,5% dos homicídios da Zona Leste [de Natal, Capital do Estado] em 2013, Mãe Luíza responde hoje por 18,7% do total, uma redução de cerca de 49% do seu peso relativo na sua região”³⁹. Ou seja, o caráter educativo impresso ao uso do espaço do ginásio produziu o apaziguamento de diversos conflitos entre grupos de jovens em todo o bairro, o que tem significado a diminuição da criminalidade, assim como aglutinador de uma nova organização comunitária.

³⁷ Hermes *et al.*, 2015.

³⁸ Hermes *et al.*, 2015.

³⁹ Andrade, 2015 e Desenvolvimento Local e Direito à Cidade, 2015.

Figura 3. Seminário Desenvolvimento local e direito à cidade realizado no Arena do Morro



Fonte: Acervo particular de Giovana Paiva de Oliveira, 2015.

Os efeitos dessa mudança começaram a sair dos limites do bairro quando o presidente e vice-presidente do Centro Sócio-Pastoral de Mãe Luíza, decidiram encaminhar uma discussão para todo o território da capital, expondo o que a organização comunitária e um edifício podem provocar de mudança urbana e consciência política na população. Dessa forma, organizaram o Seminário Desenvolvimento Local e Direito à Cidade (figura 3), em 28 de março de 2015, que contou com a presença de 27 (vinte e sete) entidades comunitárias de diversos bairros de Natal, resultando na elaboração d'A Carta de Natal. A partir da referência da trajetória de construção de uma proposta comunitária incluyente e emancipatória, pretendeu-se discutir os desdobramentos do uso do ginásio e as transformações observadas na comunidade, podendo a experiência se tornar espelho e inspiração para todos os representantes.

O uso do edifício, apresentado como uma possibilidade de construção de uma nova perspectiva para o desenvolvimento local permitiu que os diversos representantes de entidades presentes, construíssem avaliações e identificassem as potencialidades que poderiam ser transpostas para as suas especificidades. O Seminário pretendeu, desde o início, tornar-se um facilitador do processo de mobilização da sociedade civil organizada e da elaboração e consolidação de propostas em um documento, que tornaria público os objetivos pretendidos pelos movimentos sociais. A discussão deu visibilidade às reivindicações e projetos de bairros, comunidades e associações, e transcorreu nas dependências do Ginásio Arena do Morro. Fundamentadas nas questões de desenvolvimento local e direito à cidade, refletindo assim sobre as demandas urbanas e comunitárias, o documento síntese das discussões e propostas objetivava ser entregue, oportunamente, às autoridades do legislativo, executivo, partidos e sociedade civil organizada. Dessa forma, marcariam posição e dariam visibilidade ao compromisso que se pretende estabelecer com as autoridades e instituições.

Ao consolidarem a proposta final, a chamada "A Carta de Natal", apresentava alternativas ao poder público e à sociedade civil no sentido de construir formas de suprir as carências objetivas e subjetivas das populações excluídas pela sociedade e dotar as periferias das cidades brasileiras de equipamentos comunitários para torná-las mais adequadas à vida humana, considerando o homem simultaneamente como sujeito e beneficiário das conquistas do desenvolvimento. As mudanças na relação entre o Estado e as áreas pobres se dariam por meio: "a) da arquitetura, elemento mediador da superação do atual atraso do contexto social e de precariedades,

materializando fisicamente novo paradigma; b) do urbanismo, ancorado no ideário da reforma urbana brasileira; e c) da organização comunitária”⁴⁰.

Nesse contexto, o Ginásio passou a ser compreendido como elemento paradigmático para a compreensão da proposta síntese e, A Carta de Natal um documento com os elementos norteadores para a elaboração de uma política pública, que deveria se basear em uma nova cultura de relação entre as comunidades e o seu entorno, a partir dos conceitos de desenvolvimento local, direito à cidade e equipamentos sociais estratégicos. A sua conjugação permitiria a acessibilidade da comunidade a equipamentos como bibliotecas, videotecas e miatecas; teatros e escolas de arte, música e artes; alamedas pedestres e espaços comunitários; ginásios poliesportivos, piscinas públicas, centros culturais, casas de idosos ou centros de velório, todos comumente ausentes nas áreas de baixa renda brasileiras. Assim foi de Mãe Luiza, um dos bairros mais pobres da cidade, a emergência da discussão de um novo modelo de conquistas sociais para uma vida digna e cidadã nas cidades a partir da arquitetura, do urbanismo e da organização comunitária, como elementos transformadores de realidades.

A análise se daria, enfim, nos dados que os desdobramentos d’A Carta de Natal já começam a revelar. Um documento que contém Recomendações e Sugestões às comunidades e ao Poder Público, que tem sido incorporado pelas localidades da periferia da cidade e discutido nos órgãos de gestão municipal, em pesquisas e projetos de extensão universitários e que tem reforçado a ideia de que a experiência de desenvolvimento local incluyente, aparentemente utópica, tem sido replicada em várias comunidades da periferia da cidade de Natal.

“Ocupação criativa”: promovendo uma “revolução urbana” a partir das ações do Movimento Cultural Nossos Valores na comunidade da África, bairro da Redinha, Natal/RN, Brasil

O início da ocupação da região que hoje faz parte do bairro da Redinha remonta ao século XVI, e seria com a alcunha de vila de pescadores que a área atravessaria os séculos. No início da década de 1920 foi “alçada” ao status de praia de veraneio, no momento em que se inicia a cultura de segunda casa no seio das famílias natalenses mais abastadas⁴¹. O início da ocupação da área da comunidade da África ainda é impreciso, embora alguns estudos nos orientem compreendê-la como sendo resultante da sua estreita relação com as margens dos rios e mangues do local⁴². De acordo com Raquel Melo⁴³, a concentração da população mais carente ao longo dos rios foi ocasionada pela proximidade de seu local de subsistência. Emmanuela Arimateia, por sua vez, afirma que os primeiros moradores da África eram membros de uma mesma família de sobrenome Nascimento, instalados no baixo dos morros⁴⁴. Para a autora, alguns moradores da Redinha que necessitavam das atividades relacionadas aos rios e mangues, acabaram por vender suas casas e migraram para a área onde está presente hoje a comunidade da África. Na década de 1970, o número de famílias que habitava nesta localidade não passava de 150. Já em 2006, esse número girava em torno de 2600 famílias⁴⁵. Atualmente, a

⁴⁰ ANDRADE, 2015 e Desenvolvimento Local e Direito à Cidade, 2015.

⁴¹ #PARTIU, 2015.

⁴² Arimateia, 2006; Melo, 2006.

⁴³ Melo, 2006.

⁴⁴ Arimateia, 2006, p.56.

⁴⁵ Esses números foram extraídos da dissertação supracitada, defendida por Melo em 2006. Pressupõe-se que em 2018 eles estejam mais elevados, tendo em vista o evidente aumento no número de ocupações na área.

Comunidade da África está inserida em uma Área Especial de Interesse Social (AEIS), reconhecida como tal em 22 de setembro de 2005, pela Lei nº 5681, do Plano Diretor de Natal.

Frequentemente associada a uma imagem negativa pelos noticiários policiais, a comunidade da África convive diariamente com sua exclusão social, agravada pela falta de investimento em políticas públicas por parte do Estado. Em contrapartida, trata-se de um lugar carregado de memória e identidade, uma história que foi construída na trama do cotidiano por e para os seus moradores. É da necessidade de suplantar esse quadro instaurado que começaram a ser empreendidas ações como a do Movimento Cultural Nossos Valores (figura 4), fundado em 30 de novembro de 2013, por meio de uma iniciativa conjunta e independente de um grupo de jovens e amigos moradores e mobilizadores sociais do bairro da Redinha, Natal/RN. Em entrevista, Miguel Carcará⁴⁶ relata que através da interação com a juventude presente na comunidade, eles procuram oferecer e criar alternativas de esporte, cultura, lazer e educação, atraindo-os para atividades que aguçam suas potencialidades, e que além de tudo, valorizam a cidadania, a vida em sociedade e a produtividade, diminuindo com isso o número de jovens enveredados pelo caminho das drogas e da criminalidade.

Figura 4. Grafite realizado pelos membros do movimento em sua sede



Fonte: Acervo próprio do movimento.

O movimento é quase que totalmente composto por moradores da comunidade, e de acordo com Carcará, isso de certa forma facilita o processo de execução e planejamento das atividades, possibilitando assim uma continuidade do que vem sendo proposto. Cabe ressaltar, que todos os integrantes são “pessoas comuns”⁴⁷, sem ligação com partidos políticos, entidades governamentais e afins. O principal parceiro do movimento hoje é a própria comunidade, e é nisso que eles se sustentam. Por este motivo,

A gente sempre procura resolver tudo em conjunto, em reunião, a partir de trocas de ideias. Mas assim, é claro que como todos os outros movimentos, existem pessoas que estão mais à frente, que têm uma posição mais decisiva, até pelo fato de tomar mais iniciativas. Então assim, muitas dessas decisões se concentram na minha pessoa, mas todos que se propuserem a assumir qualquer atividade, pega a responsabilidade e responde por ela. E essa é uma prática

⁴⁶ Miguel Carcará faz parte do grupo de fundadores do Movimento Cultural Nossos Valores e, atualmente, está entre as pessoas que mantêm o movimento ativo.

⁴⁷ Termo utilizado por Miguel Carcará, em entrevista concedida aos autores no dia 20 de março de 2018.

que acompanha o movimento: cada um que propõe a atividade assume sua responsabilidade, e os demais membros acompanham contribuindo e ajudando da melhor forma possível.⁴⁸

O Nossos Valores tem concentrado hoje suas atividades na comunidade da África, pelo fato da sede do grupo estar presente nesse local, mas principalmente por se tratar de uma região bastante estigmatizada que, nas palavras de Carcará, é “cercada de barreiras invisíveis”⁴⁹ que as pessoas associaram ao local por meio dos noticiários, em sua grande maioria propagados pela mídia. Trata-se de um espaço hostilizado socialmente e no imaginário das pessoas. E foi assim que o movimento iniciou seus trabalhos na área,

A ideia inicial era envolver apenas as crianças da comunidade. Mas depois o trabalho tomou uma proporção um pouco mais afetiva. Dessa forma, além de ensinar algo, nós queríamos acompanhar mesmo, focar na vida das pessoas, como um elemento cultural. Então, quando a comunidade passou um momento muito difícil com mortes, muitos homicídios ocorrendo, estava numa fase bem ruim, o movimento decidiu ir pra dentro mesmo da Comunidade da África e intensificar os trabalhos nesta localidade, pois eram pessoas conhecidas e estavam sendo afetadas diretamente com toda a violência. Fizemos isso com a intenção de ajudar minimamente as pessoas que tivessem próximas a nós.⁵⁰

Em linhas gerais, as atividades são desenvolvidas com o intuito de propagar a cultura do *hip-hop* na Redinha, e com maior intensidade na comunidade da África (Figura 5). No entanto, devido aos convites que vêm surgindo de outras localidades de Natal/RN, a ideia se expandiu e, hoje, o intuito principal é fortalecer a cultura defendida e propagada por eles, ou seja, torná-la de fato universal.

Figura 5. Atividades desenvolvidas nas ruas e na sede do movimento, respectivamente



Fonte: Acervo próprio do movimento.

Atualmente, eles mantêm ativos no bairro o grupo de basquete Carcaras e a *Crew* de *breaks* – chamado *Super Nova Crew*, que já conta com mais de 35 (trinta e cinco) integrantes, dentre crianças, jovens e adultos. O *break* acontece todas as segundas, quartas e sextas, e nos sábados são realizadas atividades integradas para iniciantes que querem adentrar no *break* e se inserir na cultura *hip-hop*. O movimento coordena ainda alguns grupos musicais, como é o caso da Banda Carcará na Viagem, que promove todos os domingos ensaios abertos ao público. Ademais, está trabalhando com um pequeno grupo de percussão, dentre outras atividades

⁴⁸ Miguel Carcará, em entrevista concedida aos autores no dia 20 de março de 2018.

⁴⁹ Termo utilizado por Miguel Carcará, em entrevista concedida aos autores no dia 20 de março de 2018.

⁵⁰ Miguel Carcará, em entrevista concedida aos autores no dia 20 de março de 2018.

paralelas que são propostas regularmente pelos parceiros do grupo. No mais, são realizados regularmente debates sobre diversos temas, saraus, apresentações, mostras, oficinas, etc.

A relação das lideranças do Movimento Cultural Novos Valores passa, principalmente, pela valorização da educação e das teorias de Paulo Freire. Estudante de Pedagogia na UERN⁵¹, Carcará afirma ter compreendido que este autor se referiu ao que eles fazem no cotidiano e o fez despertar para a necessidade de investir na criação de uma nova identidade, que se baseia na liberdade de ser sujeito de sua própria história: “É como se eu tivesse fazendo práticas de Paulo Freire sem nem saber que ele era. Eu já praticava muita coisa”⁵². Na convivência com jovens e adolescentes do Movimento, iniciaram uma “ocupação criativa”⁵³, um processo de reflexão compartilhada, associando as atividades com a teoria que os levou a construir comparativos e a dialogar sobre a capacidade de aprender, de ensinar e de desenvolver a inteligência, seja no espaço formal da sala de aula ou não.

Do ponto de vista político, as lideranças do Movimento se percebem excluídos da sociedade. Para eles, existem dois mundos, várias democracias e acreditam na necessidade de defender a sua cultura. Carcará afirma que “é como se a gente estivesse vivendo dois Brasis. Um que vive essa democracia real, interrompida muitas vezes pela instituição governamental”, enquanto “a gente vive uma democracia onde estamos buscando nossa liberdade”. Entendem que o Estado não lhes protege e nem lhes dá acesso aos serviços público: “eles querem que a gente viva essa democracia institucional onde eles dizem o que nós devemos fazer”⁵⁴. Acreditam no diálogo, na “revolução urbana”⁵⁵, na construção coletiva e na participação, ou seja, para ele, existe um outro conceito de democracia, a qual considera a igualdade como elemento fundante.

Por fim, o movimento admite reivindicar mudanças sociais dentro do seu mundo, da sua comunidade:

Eles virão tentar estabelecer um estado democrático para nós e é quando a gente percebe que o que eles propõe não é bem uma democracia... e vamos continuar lutando pelo que a gente acredita, a nossa real democracia, aquela que a gente precisa.⁵⁶

A principal liderança do Movimento Cultural Novos Valores desvela outra natureza da crise política, que é a de não se sentirem representados pelo parlamento brasileiro e aposta que “a periferia precisa se organizar para eleger seus próprios representantes”⁵⁷. Nesse sentido, além da expansão das atividades educativas para outros bairros da cidade, intentam discutir a necessidade de formar os próprios candidatos, os próprios representantes no legislativo. Além disso, por meio de um seminário interno da coordenação do Movimento, concluíram que é preciso pensar e planejar para cinquenta anos⁵⁸, nos quais pretendem formar pessoas e “quem sabe um desses não seja o nosso futuro candidato, entendeu? A gente vai ter que dar um pontapé

⁵¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

⁵² Duarte, 2018.

⁵³ Expressão utilizada pelo jornalista Ramon Ribeiro, em entrevista realizada com Miguel Carcará no dia 17 de maio de 2017.

⁵⁴ Duarte, 2018.

⁵⁵ Termo utilizado pelos representantes do movimento para designar o papel transformador que as atividades vêm desempenhando nas vidas dos moradores e para o espaço urbano da comunidade.

⁵⁶ Duarte, 2018.

⁵⁷ Duarte, 2018.

⁵⁸ Miguel Carcará, em entrevista concedida aos autores no dia 15 de março de 2018, durante atividade da SACI/UFRN na Comunidade da África,

inicial, vamos ter que quebrar esse paradigma”⁵⁹. Enfim, trata-se de um projeto em construção, que mistura atividades culturais com um projeto político que lhes é claro e caro, para o qual entendem está apenas começando.

A “Esperança” ressurge das cinzas: a criação do Movimento Síntese Urbana no bairro da Cidade da Esperança, Natal/RN, Brasil

A história da Cidade da Esperança está arraigada de características que nutrem pertencimento e empoderamento aos moradores. Fundado em três etapas no decorrer da década de 1960, o bairro foi criado a princípio como um conjunto habitacional projetado, seguindo uma leitura dos preceitos do Urbanismo Modernista, onde foram demarcadas áreas de funções específicas às necessidades cotidianas dos moradores. Os estudos de Fátima de Oliveira⁶⁰ e Gilnadson Bertuleza⁶¹ revelam que em suas primeiras décadas de existência (entre 1970 e 1990), parte de seus moradores participaram ativamente na luta e conquista por melhorias na comunidade, através dos movimentos reivindicativos que foram liderados por eles próprios, e que tinham forte apoio do Centro Social Urbano (segundo Amélia Freire⁶², este foi fundado em 1975 com um corpo de funcionários formado predominantemente pelos próprios moradores).

É neste contexto que surge em 1983 o “SOS Cidade da Esperança”⁶³, primeiro movimento formado pelos próprios moradores, que tinha como objetivo inicial “limpar” a imagem negativa vinculada ao bairro através da mídia. A partir disso outras questões passaram a ser reivindicadas e novas frentes de lutas foram sendo criadas. Influenciados por essa forma de reivindicar, começam a surgir também os mutirões públicos, eclodindo em 1983 com a restauração do teatro de arena, seguida da construção da primeira pista de *cross* de Natal em 1986 e da pista de *skate* em 1989⁶⁴. Esse movimento parecia estar mais ligado a um processo de construção do bem-estar social dos moradores do bairro, rejeitando a intervenção e uma dependência do Estado.

Porém, apesar dessas benesses, Bertuleza⁶⁵ ressaltava diversos problemas que vêm afetando a vida daqueles que vivem na Cidade da Esperança: por exemplo, os espaços que estão/estiveram presentes na área do antigo CSU, nos últimos vinte anos, passaram por um processo de esquecimento por parte dos moradores e da administração pública, o que gerou sua degradação. No ano de 2010 foi autorizada pela Prefeitura Municipal de Natal (PMN) a construção de uma Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) nesta área, mais especificamente a parte ocupada por uma pista de *skate*, um *bicross* e uma quadra. Na visão de Amélia⁶⁶, houve protestos contra a destruição dos equipamentos, com a realização de estudos técnicos (elaborados por profissionais qualificados e pelos militantes do bairro) mostrando outros possíveis locais onde a UPA poderia ser construída (já que a mesma atenderia toda a zona oeste). No entanto, a população não foi atendida. Isso gerou um sentimento de indignação e revolta em seus usuários, por se tratar de uma área de lazer, diversão e prática de esportes para os jovens de toda a comunidade e adjacências.

⁵⁹ Duarte, 2018.

⁶⁰ Oliveira, 2001.

⁶¹ Bertuleza, 2014.

⁶² Amélia Freire, militante e moradora do bairro, em entrevista concedida aos autores em 22 de fevereiro de 2018

⁶³ Bob, militante e morador do bairro, em entrevista concedida aos autores no dia 07 de fevereiro de 2018.

⁶⁴ Amélia Freire, em entrevista concedida aos autores no dia 22 de fevereiro de 2018.

⁶⁵ Bertuleza, 2014.

⁶⁶ Em entrevista concedida aos autores no dia 22 de fevereiro de 2018.

É dessa problemática e da consciência de sua importância para a cidade que surge em 18 de setembro de 2016 o Movimento Síntese Urbana – MSU (Figura 6). Uma iniciativa independente de três jovens moradores da Zona Oeste de Natal, que ao observarem a deficiência do Governo Municipal em incentivar a cultura e os artistas locais, tiveram a ideia de organizar um evento onde as bandas e bancas de *rap* pudessem mostrar o seu trabalho. No entanto, com o decorrer do tempo, o êxito no desenvolvimento das atividades e incorporação de outros voluntários na organização, o movimento expandiu a ideia. Passou a promover eventos multiculturais e palestras de conscientização e abriu espaço e estrutura para os artistas e intelectuais da cena local com uma programação variada e organizada para atender a todo o público de Natal, tornando-se de fato “uma iniciativa social com um propósito claro e objetivo”⁶⁷.

Figura 6. Folder de publicidade da primeira edição do MSU



Fonte: Acervo próprio do movimento, 2016.

O MSU vem se firmando no bairro de Cidade da Esperança (Natal/RN) como um espaço de discussão e cooperação, de incentivo a arte e a artistas locais. Representa um lugar onde as habilidades de todos são valorizadas e o jovem pode ser e se expressar da maneira que lhe convier. Segundo seus idealizadores, o objetivo do movimento é ressaltar a relevância de estratégias multiculturais na cidade de Natal como um todo. Daí que surgiu a ideia de expandir o Síntese Urbana para outras áreas da cidade (proposta que eles pretendem colocar em prática em breve). Pois na visão deles, o lazer e a cultura, atrelados ao uso dos espaços públicos, têm o poder transformador de mudar a vida das pessoas, gerando um sentimento de pertencimento, uma identidade para a cidade e na vida das pessoas que a frequenta.

Os eventos, que até o momento vêm ocorrendo periodicamente nas áreas públicas do bairro da Cidade da Esperança, incentivam a participação de todos na realização dos debates e palestras, dando a oportunidade deles expressarem suas opiniões e pontos de vista a respeito da temática que está sendo trabalhada. Para Maria Araújo⁶⁸, “as edições estão ficando cada vez mais interativas. Programadas com qualidade para que aconteça o envolvimento com o público, inclusive nas temáticas abordadas em cada edição”. Já Alysson Kuma Antunes⁶⁹, o movimento incentiva a participação dos seus convidados, “incluindo muitas pessoas nas batalhas de *rap*,

⁶⁷ Ronnyvaldo de Freitas Júnior, diretor criativo e fundador do MSU na Cidade da Esperança, Natal/RN, em entrevista concedida aos autores no dia 18 de dezembro de 2017.

⁶⁸ Em entrevista concedida aos autores no dia 09 de março de 2018.

⁶⁹ Em entrevista concedida aos autores no dia 17 de fevereiro de 2018.

cypher de *b-boys*, palestras com convidados, apresentações de *MC's*, além da atmosfera convidativa que o MSU proporciona”.

O movimento é composto por um núcleo de oito pessoas da comunidade, e conta com o apoio ativo de mais ou menos vinte voluntários na construção dos eventos (a convivência e as observações *in loco*, juntamente com as entrevistas, possibilitou-nos auferir que em sua grande maioria são pessoas que trabalham com música, pintura, designer e/ou que já tiveram participação em outros movimentos e grupos coletivos). Trata-se de uma organização que não possui vínculos com outras entidades e/ou representantes do governo. De acordo com Neto Filgueira⁷⁰, “algumas parcerias são fechadas no processo de criação dos eventos, nas quais até o momento só foram obtidos resultados satisfatórios para ambas as partes”. Por exemplo, algumas empresas fizeram doações para os eventos ocorridos e em troca receberam um programa de publicidade realizado por integrantes da equipe. É desse modo, em uma espécie de trocas de favores e com o apoio financeiro e intelectual dos próprios membros, que o MSU vem tentando se manter firme em seu propósito (figura 7).

Figura 7. Atividades desenvolvidas na primeira edição do MSU.



Fonte: Acervo próprio do movimento, 2016.

Atualmente, vem sendo desenvolvido o #MSUNASESCOLAS, que já ocorreu duas vezes na Escola Estadual Lauro de Castro na Cidade da Esperança. A ideia principal é realizar junto aos alunos das escolas um encontro cultural de conhecimento acerca da cultura *hip-hop* e de seus quatro elementos. Além disso, já foram realizados na Cidade da Esperança sete eventos abertos à comunidade, seis deles no Teatro de Arena, conhecido como “rodinha do padre”, e o último no galpão multiuso⁷¹. Nesses encontros foram desenvolvidas diversas atividades, como

⁷⁰ Diretor criativo e fundador do MSU na Cidade da Esperança, Natal/RN, em entrevista concedida aos autores no dia 23 de fevereiro de 2018.

⁷¹ Os sete eventos desenvolvidos pelo movimento foram: 1) “Manifestar-SI”, no dia 18 de setembro de 2016; 2) “CooperaAÇÃO”, no dia 23 de outubro de 2016; 3) “Consciência Negra”, no dia 20 de novembro de 2016; 4) “Só os Loucos Sabem”, no dia 22 de janeiro de 2017; 5) “Warm Up | MSU Feijoada & SOM”, no dia 04 de junho

apresentações solo e acústica, *pocket shows*, batalha de mc's, mutirão de grafiteagem, palestras, batalha de *bboys*, exposição e venda de artesanatos, gastronomia local, etc. O evento conta também com diversos espaços, como aqueles destinados às crianças e a biblioteca⁷².

A ideia para as próximas edições é incentivar também a participação de outros nichos da sociedade – idosos, crianças, etc. -, através da implementação de atividades mais direcionadas para esses grupos, uma vez que o movimento é formado por uma equipe multidisciplinar, e a cada encontro vem tentando agregar mais pessoas. O discurso reproduzido pelos próprios moradores e participantes/voluntários dos eventos já aponta para as transformações que o movimento vem causando na vida das pessoas:

O movimento me fez "olhar com bons olhos" para um espaço que estava esquecido: o teatro de arena. Hoje, sei que podemos fazer arte em nosso lugar de origem e que temos um espaço disponível, esse espaço que está a cada dia sendo mais ocupado e explorado para o fazer artístico, para a comunidade compartilhar as suas produções e possivelmente nascerem novas produções a partir desses encontros.⁷³

Por fim, é notório que as intervenções propostas ainda são muito pontuais e esporádicas. Entretanto, atrelado ao desejo de mudança e à força de vontade dos organizadores dos eventos promovidos pelo Síntese Urbana, já podemos vislumbrar as implicações e os benefícios que o movimento tem trazido para a vida na comunidade e para a consciência dos seus moradores sobre a relevância e a necessidade de se (re)ocupar as áreas públicas do bairro. Ponto de vista este que pode ser reforçado pelo aumento do número de representantes, voluntários, parceiros e participantes a cada edição realizada.

Considerações finais

Em todo mundo e, sobretudo na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, a experiência de vida nas periferias das cidades está diretamente relacionada, dentre outras questões, aos problemas e dificuldades diários enfrentados pela parcela da população menos abastada, acentuados pelo grande abismo da desigualdade econômica, social e urbanística existente na sociedade capitalista. Realidade relacionada ao conceito de “Comum” de Dardot e Laval e à constatação de Harvey quanto à apropriação deste espaço, como forma de tentar suprir as carências e a falta de investimentos públicos em serviços essenciais básicos.

Dentro deste contexto, os emergentes movimentos sociais e lutas urbanas no Brasil vêm experimentando mudanças consideráveis no que diz respeito a sua agenda, atuação e atores envolvidos, assim como nas estratégias para escapar das práticas predatórias referidas por Harvey. Se na década de 1980 e 90, o protagonismo desses movimentos estava associado, direta ou indiretamente, a lideranças políticas, partidos, sindicatos e igrejas, atualmente, com a fragmentação das demandas, esses movimentos vem compartilhando do mesmo espaço à

de 2017; 6) “Tamo Aí Natividade”, no dia 30 de julho de 2017; e 7) “MSU - Dia das Crianças”, no dia 12 de outubro de 2017.

⁷² O principal meio de comunicação e divulgação dos eventos são as redes sociais, mais especificamente o *facebook* “MSU – Movimento Síntese Urbana”. Após definida a programação e a data do evento por parte da organização, é criado um evento no *facebook*, e a partir disso os próprios participantes e voluntários passam a divulgá-lo, como forma de tentar alcançar o maior número possível de pessoas.

⁷³ Tatiane Tenório, voluntária no MSU, em questionário respondido no dia 18 de fevereiro de 2018.

procura de outra maneira de fazer política, mostrando-se avessos a qualquer institucionalização, principalmente ligados aos partidos políticos.

A efetividade dos direitos sociais e urbanos, especialmente dos casos estudados em Natal, é alcançada por uma espécie de ação não institucionalizada, tendo como palco de suas ações as ruas, num processo cujos sujeitos sociais são os mais variados e no qual as necessidades e demandas são apresentadas por meio da reivindicação organizada. São movimentos que se consideram independentes e se reconhecem com uma nova forma de luta e resistência, que promove suas atividades e reivindicações no e pelo espaço público. Estejam eles em áreas de ocupação e desenho “irregular”, estejam em áreas projetadas dentro dos princípios do urbanismo racionalista, ambas desprovidas de equipamentos, mobiliários e tratamento paisagístico por parte da administração municipal.

Por sua vez, suas lideranças se movem e se manifestam em volta da negação do Estado como porta-voz das minorias e não se sentem representados na institucionalidade. Dessa maneira, sustentam-se nas relações de confiança e afetividade existentes em seu próprio universo social, expandindo para outras comunidades afins e desejando tornar a si e ao coletivo como agentes transformadores da própria história e da cotidianidade.

Isso possibilita o contato com outras formas de ver o mundo, proporcionando o convívio com a diferença, o que para Zygmunt Bauman⁷⁴ é um pré-requisito básico para o viver harmônico de uma vida em sociedade. Ademais, a ausência de uma estrutura hierárquica definida e a resignificação da figura do líder no âmbito desses movimentos apontam para um patamar de igualdade entre todos os participantes. Assim, por serem organizados horizontalmente e insistirem na ideia de democracia em todos os níveis, esta característica eleva a força desses grupos e não permitem a aproximação de partidos políticos como vetores de organização política. As pessoas são tidas como “livres” para pensar e agir dentro de discussões abertas e com um vasto leque de pontos de vista, característica apontada por Safira Ammann, que os leva a chamar de Movimento Social. E, ao mesmo tempo, proporcionaria a construção de uma consciência, individual e coletiva, a autonomia de interferir e influir no curso do desenvolvimento sociedade. Nesse sentido, pode-se verificar nos exemplos analisados que os sujeitos se assumem como responsáveis pela construção de cidades mais justas e menos desiguais, inclusive incorporando nos discursos conceitos abstratos (teóricos), próprios de conhecimentos mais elaborados.

Essa prerrogativa, de certa forma, facilita o surgimento do exercício de resistência e confronto ao poder, no qual os movimentos sociais se organizam para a ação disponibilizando atividades culturais e eventos públicos, formas de incentivar cada vez mais a participação, a inclusão direta e espontânea de pessoas que se sentem identificadas com essa lógica de organização. A própria expressão artística dos sujeitos que se envolvem com eles permite sua motivação, pois, com mais liberdade, sentem-se em segurança para atuar ou expor a arte ou outra aptidão. Outro aspecto importante são as mídias sociais que são utilizadas como ferramentas na organização, as quais não estão referidas em detalhes neste artigo.

Mesmo que estes movimentos urbanos de ocupação dos espaços públicos não se agreguem em torno de uma pauta única, é relevante salientar que existem similaridades entre as pessoas que formam o seu núcleo, sendo a maioria delas jovens de periferia, estudantes, trabalhadores e pertencentes ao que se denomina comumente de classe média baixa ou classe baixa. Torna-se cada vez mais claro neste processo, que a luta pelo direito à cidade pode ser ampla e múltipla

⁷⁴ Bauman, 2009.

e, ao mesmo tempo, convergir para a constituição de um comum. Com efeito, essas iniciativas estão tomando a cena urbana e se tornando lócus de ações de contestação e reivindicação pela apropriação de áreas públicas da cidade, como forma de agir diretamente na sua transformação e uso e, dessa forma, vê-se que se enquadram dentro de outro paradigma, como explicitado por Hardt e Negri⁷⁵.

A questão que está posta no horizonte, portanto, é: como se sustentaria um novo sistema político no âmbito no capitalismo periférico? A relação que se estabelece entre essas partes nas cidades parte do pressuposto de que o embate com o Estado se faz presente pela sua ausência. Diante do exposto, depreende-se que os casos apresentados, embora não tendo compartilhado o Seminário que discutiu o desenvolvimento local, o direito à cidade e escreveu “A Carta de Natal”, trazem semelhanças na forma de questionar a estrutura vigente e de se situarem como parte do processo de inclusão que almejam. Percebe-se que, por meio de suas ações, questionam a precariedade dos espaços e a qualidade de vida limitada onde atuam, buscando encontrar meios em que possam efetivamente estar a serviço das comunidades que representam. Ao mesmo tempo, organizam um movimento que apresenta o propósito de assegurar o aprofundamento e a ampliação de um processo de inclusão social e urbana.

Pela sua atualidade, o alcance transformador e inovador assim como os aportes para a construção de uma pós-política ou “de uma ordem pós-capitalista” destes movimentos ainda estão sob interpretação, mas não se tem dúvida de sua contribuição ao retorno ou ao descobrimento do espaço público, que deixa de ser o espaço do medo e passa a ser o espaço do refúgio, de sobrevivência e, portanto, do “comum”. Criam-se microcosmos onde as atividades realizadas vencem a violência e a exclusão⁷⁶ tão corriqueiras nas cidades brasileiras. Ou seja, a “emergência da insurgência” urbana já aponta para a necessidade de outra ordem na política em busca do direito à participação, à vida coletiva e, antes de tudo, à cidade.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos representantes e participantes dos movimentos estudados e aos moradores dos bairros onde eles estão inseridos, pela disponibilidade e prestatividade em contribuir com a realização deste estudo. Somos gratos também ao CPNq e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da UFRN pelos auxílios financeiros concedidos.

Bibliografia

#PARTIU: Redinha e a margem esquerda do Potengi. *Tribuna do Norte*, Natal, 15 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/partiu-redinha-e-a-margem-esquerda-do-potengi/329806>>. Acesso em: 30 de março de 2018.

AMMANN, S.B. *Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, em busca do Parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.

⁷⁵ Hardt e Negri, 2014;

⁷⁶ Podemos destacar, principalmente, os grupos organizados de mulheres, negros e LGBTI, cujas participações fazem toda a diferença nesses movimentos.

ANDRADE, Ion. A Carta de Natal, o documento completo. *Nassif On Line*. Natal, 27 de abril de 2015. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/blog/ion-de-andrade/a-carta-de-natal-documento-completo>> Acesso em 08 de fevereiro de 2018

ARANTES, Pedro; RENA, Natacha. Ativismo Urbano: novas formas de conflitos territoriais. *XVII ENANPUR*, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/SL_Sessoes_Livres/SL%2032.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

ARAÚJO, Késia M. S. *A juventude de Mãe Luiza e o seu lugar social no cenário urbano*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, 2005.

ARAÚJO, Ricardo. Micarla de Sousa é afastada da Prefeitura de Natal pela Justiça. *GI RN*, Natal, 31 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2012/10/micarla-de-sousa-e-afastada-da-prefeitura-de-natal-pela-justica.html>>. Acesso em: 25 de março de 2018.

ARIMATEIA, Emmanuela Wanderly Campos. *O descompasso de uma experiência: avaliação do Programa Habitar Brasil na comunidade África – Natal/RN*. 2006. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006

BARATTO, Romullo. Inaugurada a Arena do Morro de Herzog & de Meuron em Natal – RN. *Archdaily*. São Paulo, 11 de Abril de 2014 Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-188909/inaugurada-a-arena-do-morro-de-herzog-and-de-meuron-em-natal-rn>>, Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2009.

BERTULEZA, Gilnudson da Silva. *O Espaço da Conversa: anteprojeto de reestruturação de um espaço público de esporte, cultura e lazer no bairro da Cidade da Esperança, Natal/RN*. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2014.

CASARA, Rubens R. R. *Estado Pós-Democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CASTELLS, Manuel. Há uma crise de legitimidade do atual sistema político. *Estadão*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,ha-uma-crise-de-legitimidade-do-atual-sistema-politico-diz-castells-imp-,1051538>>. Acesso em: 01 de março de 2018.

DARDOR, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017

Desenvolvimento Local e Direito à Cidade: A Carta de Natal. *Observatório das Metrópoles*, Rio de Janeiro, 21 de março de 2015. Disponível em: <<http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/desenvolvimento-local-e-direito-cidade-carta-de-natal/>>. Acesso em: 29 de março de 2018.

DUARTE, Rafael. Miguel Carcará: “A periferia deve eleger seus próprios representantes”. *Saiba Mais*, Natal, 28 de janeiro de 2018. Disponível em: <<http://www.saibamais.jor.br/miguel-carcara-periferia-deve-eleger-seus-proprios-representantes/>>. Acesso em: 30 de março de 2018.

FERNANDES, Maria Aparecida da S. *O Morro Ama! Amor instinto do auto-infinito nas formas da história: comunidade e sociedade no bairro de Mãe Luiza*. 2000.

GIBSON, Felipe. Protestos por melhorias no transporte chegam ao 9º ato em Natal. *GI RN*, Natal, 20 de junho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/06/protestos-por-melhorias-no-transporte-chegam-ao-9-ato-em-natal.html>>. Acesso em: 25 de março de 2018.

GOHN, Maria da G. *A força da periferia: A luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

GOHN, Maria da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2011, vol.16, n.47, p.333-361.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração: isto não é um manifesto*. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Martins Fontes, São Paulo, 2014.

HERMES, Ivenio et all. *Rastros de Pólvora: metadados 2015*. Natal/RN, junho de 2015.

IMPrensa internacional cita Natal como pioneira em protestos recentes no Brasil. *Tribuna do Norte*, Natal, 18 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/imprensa-internacional-cita-natal-como-pioneira-em-protestos-recentes-no-brasil/253252>>. Acesso em: 25 de março de 2018.

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia et al. *Para Entender a Crise Urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, Rodrigo. A bancada BBB domina o Congresso. *Revista Carta Capital*, 12 de abril de 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>>. Acesso em 24 de março de 2018.

MELO, Raquel Ribeiro Rezende dos Santos. *As faces da exclusão na comunidade África-Natal/RN*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2006.101 p.

MUTZENBERG, R. Construção de sentido pelos movimentos sociais. In: FONTES, B.A.S.M. (Org.). *Movimentos sociais: motivação, representação e produção de sentido*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. p. 123-156.

Natal. Prefeitura Municipal do Natal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Plano Diretor de Natal. Natal, 2008.

Natal. Prefeitura Municipal do Natal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Limite dos bairros da cidade do Natal. Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2008.

OLIVEIRA, Fátima Maria de. *Do trem da esperança “à estação das ruas verdes”: o bairro da Cidade da Esperança no imaginário dos moradores*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

RIBEIRO, Ramon. Ocupação Criativa. *Tribuna do Norte*, Natal, 17 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ocupaa-a-o-criativa/380171>>. Acesso em: 25 de março de 2018.

SOUZA, Itamar de. *Nova História de Natal*. 2ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2008.

SOUZA, Jessé. *O Poder das Elites*. São Paulo: Leya, 2017.